

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

**Parecer / COLICIT nº 18/2020**

**Assunto: Resposta à impugnação do Pregão Eletrônico nº 24/2019 – POSITIVO  
TECNOLOGIA S.A.**

**I. DA MOTIVAÇÃO:**

**ITEM 1 – 1058 (um mil e cinquenta e oito) unidades de Microcomputador  
ITEM 8 – 142 (cento e quarenta e dois) unidades de Notebook**

A **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettge, nº 5200, Bairro CIC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.243.735/0001-48, com filiais situadas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas na Rua Javari nº 1255, Lote 257-B, Distrito Industrial I e na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia na Rua Ásia, Lote 05 Quadra N, conforme Estatuto Social e Ata de Eleição da atual Diretoria em exercício (DOC 01 parte 1 - Estatuto\_AGOE 01.06.2020.pdf e DOC 01 parte 2 - Ata de Eleição 2019.pdf), doravante denominada simplesmente de POSITIVO, vem, respeitosamente, por seu procurador legal ao final assinado, conforme procuração e substabelecimento, apresentar **IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO)**

**II. DA SÍNTESE DA ALEGAÇÃO DA IMPUGNANTE:**

A impugnante argumenta conforme síntese abaixo:

...

**DAS INFUNDADAS EXIGÊNCIAS QUANTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO LICITADO. DA RESTRIÇÃO A INÚMEROS FORNECEDORES. DA INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS BASILARES DA LICITAÇÃO.**

8. (...) algumas exigências constantes no **APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**, da forma como se encontram redigidas configuram clara restrição ao caráter competitivo do certame, na medida em que elidem a classificação de diversos fabricantes, inclusive desta IMPUGNANTE.

...

**1º ASPECTO IMPUGNADO: UEFI – MEMBRO NA CATEGORIA PROMOTERS**

...

11. O UEFI é um fórum internacional de computação com mais de 300 (trezentas) companhias que desenvolvem e mantêm as especificações do UEFI e do ACPI para dispositivos. Conforme link mencionado no próprio Edital é possível verificar que existem 03 (três) categorias, quais sejam, *PROMOTER*, *CONTRIBUTOR* e *ADOPTER*:

- *PROMOTER* são aqueles que fizeram parte da fundação da UEFI em fevereiro de 2005, e que fazem parte do Conselho Diretor constituído por 12 (doze) companhias;

- **CONTRIBUTOR** são aqueles que fazem parte do desenvolvimento através de ideias, sugestões, comentários, etc. Tendo também o poder de participar de fóruns a respeito de tecnologia;

- Por fim, existem os **ADOPTERS**, que apesar de não participarem do processo de desenvolvimento adotam a tecnologia em suas normas e como elas foram definidas.

12. Conforme mencionado, a classificação **PROMOTER** é composta exclusivamente pelos membros fundadores, sendo que, por este motivo, **não é possível a admissão de novos membros dentro desta categoria**. Portanto, por mais que uma nova empresa cumpra com todas as exigências do Fórum Internacional, por uma mera questão de convenção não conseguirá a classificação exigida no Edital.

...

17. (...) apenas 12 (doze) das 326 (trezentas e vinte e seis) companhias que integram o fórum fazem parte da Categoria **PROMOTER**, sendo que destas 12 (doze), **SOMENTE 03 (três)** são fabricantes de computadores (HP Inc, DELL e LENOVO), não restando dúvidas do quão restritiva é a exigência em apreço.

18. Feitos estes adendos necessários, ressalta-se que a **POSITIVO** é membro do UEFI como **CONTRIBUTOR**, cuja categoria são encontrados diversos outros fabricantes de renome internacional, altamente qualificados tanto tecnicamente como comercialmente, sendo incontestável, portanto, que se trata de uma determinação restritiva exigir que o fabricante do equipamento seja membro na categoria **PROMOTER**.

19. Vale dizer que a **POSITIVO**, em conjunto com as outras 12 (doze) empresas da categoria **PROMOTER**, bem como as demais empresas da categoria **CONTRIBUTOR**, está **apta a participar dos grupos de desenvolvimento/atualização dos padrões UEFI e, além disso, possui acesso integral ao acervo e aos padrões técnicos já existentes, bem como às atualizações e publicações dos novos padrões. Ou seja, não há nenhuma limitação técnica para a utilização, customização ou participação nos desenvolvimentos oferecidos pelo Fórum Internacional.**

...

22. É essencialmente importante reforçar que o fato de uma empresa estar cadastrada na categoria **PROMOTER** ou **CONTRIBUTOR** não representa um critério de seleção/certificação de competência, ou qualificação técnica para que determinada empresa possa (ou não) ingressar na categoria **PROMOTER**. Logo, tal exigência é deveras restritiva, pois que ausente de motivação técnica e jurídica.

...

24. Irresignada com restrições infundadas e impeditivas de sua participação, não restou outra alternativa à **POSITIVO** senão buscar respostas e comprovações diretamente na fonte, ou seja, junto à própria UEFI, **ao que prontamente foi atendida e respaldada pelo Conselho que rechaçou tais argumentos e afirmou que padecem de evidente equívoco**, senão vejamos:

***“The assertion made in the statement about having to be a Promoter in order to be able to produce the most advanced products guaranteed is just incorrect. All UEFI Members - Promoters, Contributors, and Adopters – have equal access to the specifications and the self-certification test suites that are used to make product implementations. There is no advantage to a member in one category over another when it comes to implementation (...)”***

Tradução Livre:

**"A afirmação feita na declaração sobre ser um Promoter para poder produzir os produtos mais avançados garantidos é incorreta. Todos os membros da UEFI - promoters, contributors e adopters - têm igual acesso às especificações e às suítes de testes de autocertificação que são usados para fazer implementações de produtos. Não há vantagem para um membro de uma categoria em relação a outra quando se trata de implementação."**

25. O Conselho complementou ainda que:

**"Since UEFI Forum does not have any kind of formal certification or branding program there is no measurable guarantee of quality in implementation made by the Forum for or on behalf of any member in any of the membership levels."**

Tradução Livre:

**"Uma vez que o Fórum UEFI não tem qualquer tipo de certificação formal ou programa de marca, não há garantia mensurável de qualidade na implementação feita pelo Fórum para ou em nome de qualquer membro em qualquer níveis de associação."**

26. Concluindo que:

**"Unfortunately, we must say that a customer who believes that such assurances are possible is just mistaken."**

Tradução Livre:

**"Infelizmente, devemos dizer que um cliente que acredita que tais garantias são possíveis está enganado."**

...

30. A exigência acima impugnada é flagrantemente desarrazoada, restritiva e macula irrecuperavelmente o Instrumento Convocatório, pois atenta à diversas disposições legais, especialmente o art. 37, da Constituição da República, o art. 3º, caput e art. 7º, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e o art. 3º da Lei Federal nº 10.520/2002. **Trata-se, de fato e de Direito, de uma limitação intransponível para qualquer outra empresa além das 12 (doze) fundadoras, que, como dito, no segmento de hardware se reduzem para apenas 03 (três).**

31. Sendo assim, se, de fato, não há nenhuma vantagem efetiva ao usuário final do equipamento e por outro lado, se caracteriza, juridicamente, como uma exigência restritiva e altamente limitadora, que beneficia apenas 03 (três) fabricantes do segmento, não deve a Administração priorizar a categoria da certificação, mas sim, analisar que independente da categoria, **a qualidade do produto é a MESMA.**

## **2º ASPECTO IMPUGNADO – DMTF NA CATEGORIA BOARD**

...

33. Outro ponto extremamente restritivo na redação editalícia é a solicitação para que o fabricante faça parte da lista de membros "BOARD" da DMTF, o que, assim como UEFI PROMOTER, restringe indevidamente o rol de competidores nacionais, como passa-se a esclarecer e a demonstrar:

34. A POSITIVO é membro na DMTF na categoria "LEADERSHIP", em cuja categoria podem ser encontrados diversos fabricantes de renome internacional, como por exemplo, Cisco, Supermicro, Advanced Micro Devices (AMD), Huawei, etc.

...

36. A filiação DMTF é classificada em dois níveis de participação, *PARTICIPATION* e *LEADERSHIP*, sendo esta última a categoria de maior capacidade de atuação nas diversas áreas de desenvolvimento dos padrões DMTF (...)

...

38. Assim, ser membro *BOARD* (Diretoria) **difere da categoria *LEADERSHIP* apenas nas atribuições administrativas do DMTF**, mas sem qualquer privilégio adicional em relação à parte técnica, do desenvolvimento de padrões normativos.

40. A própria DMTF, em julho/2010, manifestou o seu posicionamento em relação às distinções feitas entre níveis como requisito em licitações, conforme se constata da Declaração, cujo texto traduzido segue abaixo:

***“A DMTF continua recebendo informações indicando que certos documentos de compras emitidos por determinados órgãos governamentais no México, Brasil e, mais recentemente, na Bolívia, contém uma exigência de licitação para que os fabricantes pertençam à DMTF em um determinado nível de membro [Leadership ou Board].***

***A DMTF não endossa e especificamente repudia essa linguagem em qualquer requisito de licitação, e não tem nenhuma conexão com o processo de aquisição de qualquer setor de governo e da indústria privada. O DMTF solicitou formalmente a cessação de tais práticas por tais solicitações governamentais.***

***A DMTF, com mais de 4.000 membros ativos, em uma associação aberta sem fins lucrativos de membros da indústria dedica-se à promoção da gestão empresarial e de sistemas e interoperabilidade. As normas DMTF e documentos relacionados podem ser reproduzidos para usos consistentes com este propósito, por membros e não membros, desde que seja empregada a atribuição correta. Os padrões DMTF são projetados para serem de tecnologia neutra e plataforma independente.***

***Entre em contato se tiver dúvidas sobre este comunicado.***

***Kes Wold***

***DMTF Corporate Secretary”***

41. Ora, se a própria DMTF se manifestou contrariamente a tal tipo exigência, que determina que os fabricantes pertençam a um determinado nível de membro, não resta qualquer dúvida de que realmente se trata de exigência restritiva. E para ratificar este entendimento anexa-se à presente Impugnação a declaração original da DMTF (DOC nº 08) com a sua tradução (DOC nº 09).

42. Além do mais, a inclusão de uma empresa como membro do *BOARD* do DMTF é realizada apenas quando há vagas disponíveis e se for de interesse do Conselho. Então, após um prazo para apresentação dos interessados, o novo membro do Conselho é escolhido através de um processo de eleição minucioso. Cumpre salientar que apenas 03 (três) empresas fazem parte da categoria, sendo elas as multinacionais HP, Dell e Lenovo.

43. Diante de todo o exposto, pergunta-se: considerando que todo Edital de Licitação precede necessariamente de uma justificativa pertinente na qual deve se basear a aquisição pretendida, qual é a justificativa apresentada para o Processo Administrativo em apreço que fundamente as exigências destes requisitos técnicos restritivos à competitividade de empresas genuinamente nacionais, que não garantem o melhor preço e não representam nenhum diferencial técnico fático em benefício da Administração? 44. As exigências acima impugnadas são flagrantemente desarrazoadas, restritivas e maculam irreversivelmente o Instrumento Convocatório, pois atentam às disposições

legais, especialmente o art. 37, da Constituição da República, o art. 3º, caput e art. 7º, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e o art. 3º da Lei Federal nº 10.520/2002.

45. Neste sentido, em recente decisão proferida no Pregão Eletrônico nº 005/2018, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE - AC** reconheceu a condição restritiva e retificou a exigência do Edital para acolher as propostas apresentadas pelas empresas cadastradas em todas as categorias da DMTF

...

48. Sendo assim, resta demonstrado que diferentes Órgãos e Entidades por todo Brasil estão adotando igual entendimento e **acertadamente estão alterando as exigências restritivas em questão.**

### **3º ASPECTO IMPUGNADO – HCL UBUNTU:**

...

50. O Edital solicita certificação HCL Linux onde somente aqueles que possuem contrato com a Canonical/Ubuntu podem conseguir tal certificação. De acordo com informações enviadas pela empresa responsável pela Distribuição Ubuntu mundial, nenhuma OEM sediada no Brasil está autorizada a fornecer máquinas com Ubuntu, com exceção da Dell, Lenovo e HP. Isso se deve ao fato de que a Ubuntu possui contratos mundiais com estes fabricantes e nenhum contrato com empresas locais.

51. Adicional a esse fato, existem outras distribuições Linux, nas quais é possível a realização de certificações dos equipamentos livremente, sem a restrição de contrato comercial existente na distribuição Ubuntu. Exemplos incluem: Linux SUSE, Red Hat, OpenMandriva, dentre outros.

52. A restrição é tamanha, que a exigência já foi alvo de apontamento por parte do Tribunal de Contas da União, no julgado dos Autos TC 003.989/2015-1, cujos trechos do Parecer Técnico e do Voto da Conselheira Relatora se reproduz:

#### **“EXAME TÉCNICO**

*10. Em relação à afirmação da Sra. Reitora em exercício, de que **cancelou** os itens por determinação do TCU, **apesar dos prejuízos daí advindos**, cabe destacar que a deliberação da senhora Ministra-Relatora foi no sentido de que o Instituto apenas **suspendesse os atos** em relação aos itens 1 a 4 do pregão eletrônico por registro de preços 147/2014:*

*“Ante o exposto, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c arts. 237, inciso VII, e 276, caput, do Regimento Interno, conheço da representação e determino:*

*1) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, que **suspenda** cautelarmente os itens 1, 2 e 3 do pregão eletrônico por registro de preços 147/2014 e que se abstenha de praticar atos deles decorrente **até ulterior deliberação deste Tribunal;**” (peça 6)*

...

*“2. Em complementação ao despacho de peça 6, determino a **suspensão** cautelar também em relação ao **item 4** do certame (item 11.2 do termo de referência do edital, peça 1, p. 74), para o qual também constou a exigência considerada indevida de apresentação de certificado de compatibilidade do sítio <http://www.ubuntu.com/certification/desktop/>.” (peça 8)*

...

#### **DA DECISÃO**

...

*13. De fato, o edital não oferece a opção de apresentar outro certificado que não seja o obtido no site [www.ubuntu.com/certification/desktop/](http://www.ubuntu.com/certification/desktop/). Se existisse essa possibilidade, ela*

*deveria estar expressa no ato convocatório. Em nada socorre a área técnica alegar, agora, que aceitaria outro certificado que entendesse idôneo, se no momento do julgamento do pregão essa possibilidade foi negada.*

*14. Cumpre ressaltar que a exigência de uma certificação específica vai de encontro a orientações contidas em normativos da área pública, como a Instrução Normativa MPOG 01/2010, a lei 12.462/2011 ou, no TCU, o acórdão 1672/2006 – Plenário, por exemplo, bem como as notas técnicas da Secretaria de Fiscalização da Tecnologia da Informação, que, nas situações em que tais documentos sejam exigidos, propugnam pela aceitação de certificações idôneas, emitidas por entidades credenciadas ou oficiais.*

*15. A opção por um único certificado, se cabível, teria de ser adequadamente justificada, ainda mais por se tratar de uma entidade sediada no exterior, o que implica em custos mais altos aos fabricantes para terem seus equipamentos testados, além do fato de existirem laboratórios nacionais aptos a emitir certificação de compatibilidade de distribuições linux.*

*16. A alegação de que tal certificado já foi exigido em pregões anteriores promovidos pelo Instituto não tem o condão de tornar o procedimento legal, já que são atos que não foram submetidos à análise do TCU.*

...

### **CONCLUSÃO**

*18. Diante dos fatos apurados, concluímos que o edital do pregão eletrônico por registro de preços 147/2014, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, contém cláusula restritiva à competitividade, violando o artigo 37, inciso XXI, da CF c/c o artigo 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/1993, por exigir certificado de compatibilidade de equipamento emitido por apenas uma entidade.*

...

*9. Embora reconheça a necessidade de a administração buscar a aquisição de equipamentos de qualidade compatível com a sua necessidade, a exigência de certificação de certificadora específica configura restrição indevida à competitividade e contraria a Instrução Normativa SLTI/MP 4/2014. O art. 25, alínea “c”, daquela IN expressamente veda a indicação de entidade certificadora, exceto nos casos previamente dispostos em normas do governo federal.*

...

*11. Concorro, portanto, com a unidade técnica ao considerar a representação procedente e alertar a entidade jurisdicionada com vistas a futuros certames. Observo que, ante o cancelamento dos itens questionados do pregão, a medida cautelar determinada pelo Tribunal perdeu objeto.*

*TCU, Sala das Sessões, em 2 de junho de 2015.*

**ANA ARRAES Relatora”**

53. Ora, o Edital recentemente realizado pelo Instituto Federal de Educação de Santa Catarina – IFESC foi SUSPENSO pela Corte Superior de Contas, justamente por conter IDÊNTICA exigência do Edital em apreço. Com todo respeito à Equipe Técnica de Apoio e ao Ilmo. Sr. Pregoeiro, resta por evidenciado o quão restritiva é a solicitação de um certificado específico.

54. Desta forma, uma vez que o Edital não admite outro meio de comprovação de compatibilidade com o Linux, como por exemplo, **declaração de compatibilidade Ubuntu Linux emitida pelo fabricante do equipamento, impugna-se esta especificação técnica por ser extremamente restritiva.**

55. Desta forma, com todo o respeito, **clama-se a essa Administração Licitante que reveja os termos do edital a fim de permitir a apresentação de certificado emitido pelo próprio fabricante, ou, se assim não entender, então que aceite certificado Linux de outras distribuições, como: SUSE, Red Hat ou OpenMandriva.**

**Ampliando assim a competitividade em estrita conformidade com a recente decisão publicada pelo TCU.**

#### **DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA**

...

57. A observância e obediência aos princípios (da administração pública) são de suma importância, visto que estes direcionam e pautam os agentes administrativos, principalmente, mas não se limitando aquelas situações em que há lacunas e ou obscuridades no texto legal.

...

59. Em assim sendo, ao pretender contratar a Administração Pública não goza da mesma liberdade que o particular, em regra, esta deve se pautar tanto pelos princípios, quanto pela legislação específica que rege a matéria.

60. Com efeito, a licitação consiste em uma série de atos pré-ordenados em Lei que visa a seleção da melhor-menor proposta para a contratação, sem perder de vista as condições e regras estabelecidas no instrumento convocatório.

...

67. (...) ao analisar o Edital em apreço, reitera-se que este padece de vício insanável, pois foram desrespeitadas as diretrizes emanadas dos princípios basilares da licitação, principalmente nas obrigações técnicas.

68. Mesmo reconhecendo todos os méritos no trabalho desempenhado por essa Administração Licitante, não pode essa IMPUGNANTE se calar e se conformar com as especificações técnicas exigidas porque são em demasia restritivas, razão pela qual se clama pela alteração/revisão do Edital.

...

#### **DO PEDIDO FINAL**

72. Por todo exposto, a POSITIVO requer, respeitosamente, ao Ilmo. Pregoeiro e a Colenda Equipe Técnica de Apoio, que apreciem os concretos e irrefutáveis argumentos apresentados para que a presente Impugnação seja integralmente acatada com a revisão das exigências técnicas apontadas que restringem injustificadamente a competitividade, de forma a possibilitar a ampliação do número de participantes, inclusive desta própria empresa, com a imediata suspensão do certame e a necessária e decorrente republicação do Instrumento Convocatório.

(...)

### **III. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA:**

Inicialmente cabe a este pregoeiro analisar a admissibilidade da impugnação, para assim, depois, analisar os argumentos apresentados na mesma, ou seja, deferir se esta foi interposta tempestivamente dentro de prazo estabelecido em Edital.

A empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.** encaminhou em tempo hábil, na data de 17 de setembro de 2020, via e-mail, sua impugnação, portanto merece ter seu mérito analisado.

É importante salientar que o Termo de Referência assim como a Minuta do Edital foram previamente analisados pela consulta jurídica de nossa Instituição, em relação aos requisitos de legalidade das cláusulas ali dispostas.

Por se tratar de assunto referente ao Termo de Referência, particularmente à itens constantes do Apêndice I deste TR, coube ao Pregoeiro encaminhar as alegações à área técnica, tendo a mesma se manifestado nos seguintes termos:

#### **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**

Ressaltamos que o primeiro e segundo aspecto impugnado pela licitante são exigências já consolidadas por esta instituição, que nunca feriram a competitividade e economicidade, conforme afirma em sua peça a empresa Positivo.

Em resposta ao pedido de impugnação apresentado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S.A., informamos o que se segue:

##### **1º Aspecto Impugnado:**

Inicialmente, ressaltamos que os maiores fabricantes mundiais de computadores encontram na categoria "Promoters" da Membership List do UEFI. A certificação exigida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, de acordo com pesquisa realizada no referido site, identificou, diversos fabricantes que podem atender ao solicitado. Portanto, se considerarmos o rol de fabricantes inseridos nesta categoria, acrescidos e seus parceiros credenciados (Canais de vendas), verifica-se um número expressivo de possíveis participantes na licitação, não havendo, portanto, restrição à competitividade. Além disso, os equipamentos a serem adquiridos serão utilizados por longo período no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, o que é evidenciado pelo prazo de garantia especificado no Edital (36 meses). Tais equipamentos, conforme demonstrado no processo, serão utilizados como ferramenta para operar as funcionalidades diárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, que exige alta disponibilidade, padrões para gerenciamento e monitoramento modernos e compatíveis com soluções de mercado, dentre elas a de gerenciamento adotada por esta administração. Desse modo, os produtos desenvolvidos pelas empresas enquadradas na categoria "Promoters" são nativamente possuidores de características técnicas mais avançadas do mercado, pois tais empresas estabelecem as diretrizes de interoperabilidade no que diz respeito à aderência ao padrão supramencionado. Essas características são fundamentais para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, obtenha maior retorno do investimento realizado, considerada a vida útil dos equipamentos e consiga assim, garantir um bom investimento à Administração.

##### **2º Aspecto Impugnado:**

Ressaltamos que os maiores fabricantes mundiais de computadores se encontram na categoria BOARD do DMTF. A certificação exigida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, de acordo com pesquisa realizada no referido site, identificou, diversos fabricantes que podem atender ao solicitado. Portanto, se considerarmos o rol de fabricantes inseridos nesta categoria, acrescidos de seus parceiros credenciados (Canais de vendas), verifica-se um número expressivo de possíveis participantes na licitação, não havendo, portanto, restrição à competitividade. Além disso, os equipamentos a serem adquiridos serão utilizados por longo período no Instituto Federal de



Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, o que é evidenciado pelo prazo de garantia especificado no Edital (36 meses). Tais equipamentos, conforme demonstrado no processo, serão utilizados como ferramenta para operar as funcionalidades diárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, que exigem alta disponibilidade, padrões para gerenciamento e monitoramento modernos e compatíveis com soluções de mercado, dentre elas a de gerenciamento adotada por esta administração. Desse modo, os produtos desenvolvidos pelas empresas enquadradas na categoria BOARD são nativamente possuidores de características técnicas mais avançadas do mercado, pois tais empresas estabelecem as diretrizes de interoperabilidade no que diz respeito à aderência ao padrão supramencionado. Essas características são fundamentais para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, obtenha maior retorno do investimento realizado, considerada a vida útil dos equipamentos e consiga assim, garantir um bom investimento à Administração. Dado o exposto, informamos que não será acatada a solicitação da presente impugnação, ficando mantidas todas as condições previstas inicialmente no Edital.

### **3º Aspecto Impugnado:**

Insurge a licitante sobre possível exigência de HCL Ubuntu para os itens 01 e 08, porém, não há exigência deste certificado de compatibilidade para os presentes itens, sendo exigido apenas para o item 6 (Servidor). Portanto, não procede o pedido.

(...)

## **IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO**

Considerando o posicionamento enviado pela área técnica do Instituto Federal Sul-rio-grandense e entendendo que as alegações são unicamente de cunho técnico e específicas aos itens constantes no Termo de Referência, entendo como satisfatórias as explicações fornecidas pela área técnica requerente.

## **V. CONCLUSÃO**

Dado o exposto, informamos que não será acatada a solicitação da presente impugnação, ficando mantidas todas as condições previstas inicialmente no Edital. Sendo assim, reconheço que a presente impugnação se deu de forma tempestiva e, diante das conclusões da área técnica, considera-se que a mesma é IMPROCEDENTE.

Pelotas, 22 de setembro de 2020.

Renan Conceição Goulart  
Pregoeiro  
Coordenadora de Licitações  
Instituto Federal Sul-rio-grandense